LEI N.º 840/2011

Dispõe sobre parcelamento de débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, referente ao período de agosto de 2002 ao 13º Salário/2003.

A Câmara Municipal de Peabiru, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município de Peabiru ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, referente ao período de agosto de 2002 ao 13º salário/2003, sendo as (contribuições) patronais em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais e consecutivas e as (contribuições) relativas aos servidores em até 60 (sessenta) prestações mensais e consecutivas, nos termos do § 9º do art. 5º, da Portaria MPS nº 402, de 10 de dezembro de 2008, e conforme períodos apontados pela Auditoria-Fiscal do Ministério da Previdência Social, nos termos da Notificação de Auditoria-Fiscal – NAF nº 0267/2009,de 18 de setembro de 2009.

Art. 2º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo índice IPCA (IBGE), acrescido de juros legais de 1% (um por cento) ao mês ou fração de atraso acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento e multa fixa de 2% (dois por cento),nos termos da legislação municipal.

Parágrafo único – As parcelas vincendas serão atualizadas pelo índice IPCA (IBGE) acrescidas de juros legais de 1% (um por cento) ao mês ou fração de atraso acumulados desde a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento até o mês de efetivo pagamento, e as parcelas vencidas, atualizadas da mesma forma, com multa fixa de 2% (dois por cento), também, nos termos da legislação municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Peabiru, 09 de junho de 2011.

_____

João Carlos Klein
Prefeito Municipal